





A Ordem por princípio

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA  
Estado de Minas Gerais

apreciação e votação o Projeto de Lei nº 04/2019 que "Dispõe sobre a revisão geral e anual dos vencimentos dos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas da Administração direta e indireta do Município de São João Batista do Glória e dá outras providências.". **Expedientes oriundos diversos:** nada consta. **Expedientes apresentados pelos vereadores:** **1)** Projeto de Lei nº 01/2019, que "Dispõe sobre a revisão geral dos vencimentos dos servidores públicos da Câmara Municipal de São João Batista do Glória/MG e dá outras providências.". **2)** Projeto de Lei nº 02/2019, que "Dispõe sobre a revisão geral dos subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito do município de São João Batista do Glória/MG e dá outras providências.". **3)** Projeto de Lei nº 03/2019, que "Dispõe sobre a revisão geral dos subsídios dos Vereadores do município de São João Batista do Glória/MG e dá outras providências.". **4)** Projeto de Lei nº 04/2019 que "Dispõe sobre a revisão geral dos subsídios do Secretários Municipais de São João Batista do Glória/MG e dá outras providências.". **5)** Requerimento nº 04/2019, de autoria do **Vereador Luiz Antônio Garcia**, requerendo seja cobrado das Pousadas, dentro do nosso município, os tributos de direito como ISSQN e outros. Não houve o Pequeno Expediente por falta de orador inscrito. Dando continuidade, o **Presidente** declarou aberto o grande expediente e usaram a palavra os seguintes vereadores. O **vereador Luiz**, primeiro orador inscrito, afirmou que, semana passada, os vereadores reuniram-se com o executivo para tratar sobre os reajustes dos vencimentos dos servidores públicos, principalmente. Destacou que foi um diálogo amigável e, ao final, decidiram que o índice passaria de 3.75% para 4.62%. Expressou sua satisfação em poder negociar com o executivo, principalmente no que tange ao direito dos servidores públicos. Alegou que o reajuste anteriormente fixado não seria suficiente para alcançar o novo salário mínimo para muitos servidores. Continuou com sua fala relatando que muitas pessoas o procuraram para que ele enviasse um requerimento à administração, solicitando que seja cobrado ISSQN dos proprietários das pousadas que não o pagam. Apontou que estes recebem serviços de coleta de lixo, de manutenção de estradas etc. Desta feita, destacou que eles devem pagar os impostos tais quais a população. Ressaltou que não possui o objetivo de punir ninguém. Ponderou dizendo o requerimento se faz importante, uma vez que propiciará ao executivo a análise sobre a legalidade ou não dessa cobrança tributária. Desse modo, alegou se ela for ilegal, que não seja cobrada. Este **Secretário**, segundo orador inscrito, usou a palavra para parabenizar o executivo por ter ouvido os vereadores e, assim, concedido o índice de reajuste dos vencimentos dos servidores idêntico ao do Governo Federal. Apresentou uma indicação verbal para que seja enviado um requerimento ao executivo, solicitando informações referentes à ampliação do cemitério municipal, uma vez que teve conhecimento de que, eventualmente, estariam realizando a permuta de parte do terreno, situado ao lado da Câmara Municipal, por uma fração de fundo de terreno pertencente ao Senhor Ademar. Salientou que as questões relacionadas à ampliação do cemitério municipal devem ser debatidas antes da tomada de qualquer decisão. Alegou que a aludida permuta somente resolveria o problema em curto prazo. O **vereador Luiz**, em aparte, apontou que, há algum tempo, vem sendo analisada a possibilidade da ampliação do cemitério municipal. Disse que queriam os dois terrenos (localizados ao lado da Câmara Municipal) em troca. Informou que seria adequado a administração adquirir outra área para a construção de

um novo cemitério. Este **Secretário** concordou com as palavras proferidas pelo vereador Luiz, e ressaltou que o executivo poderia desapropriar uma área localizada fora da cidade para a construção de um novo cemitério. Em seguida, apresentou uma indicação verbal para que seja solicitada ao executivo informações referentes às atribuições, à relação dos serviços prestados, à carga horária de trabalho e à remuneração do veterinário do município. Expôs a opinião de que este deveria prestar serviço a todos os produtores rurais do município. Assim, apontou que gostaria que fossem solicitadas todas essas informações, uma vez que, para este Subscritor, o veterinário não vem prestando serviço nenhum. O **vereador Luiz**, em aparte, por oportuno, recomendou que o veterinário fizesse a castração de animais domésticos do município. Sugeriu que ele poderia castrar, ao menos, dois por dia. Desse modo, o município não dependeria de mutirão. O **vereador Iveraldo**, em aparte, declarou que, ao término da inauguração do SIM, o veterinário Ângelo passará a acompanhar os abates e a prestar assistência a todos os credenciados no SIM. Disse que, atualmente, ele fica no antigo matadouro, e salientou crer que a carga horária dele é de meio período (4 horas diárias). Este **Secretário** ressaltou ser por essa razão que está pedindo informações, já que ele deve prestar assistência aos produtores rurais também. Por fim, apresentou uma indicação verbal para solicitar ao executivo a previsão de quando o ônibus, doado pelo deputado estadual Cássio Soares, será usado na região dos Canteiros, visto que ele foi concedido para essa finalidade. Informou que, atualmente, o trajeto é percorrido por uma perua. O **vereador Eder**, terceiro orador inscrito, sobre o Requerimento nº 04/2019, de autoria do vereador Luiz, afirmou ser necessário um estudo detalhado, uma vez que o representante do COMTUR lhe disse que estão elaborando uma taxa turística. Relatou que, a maneira que o vereador conduz sua fala, subtende-se que se está colocando vereador contra proprietários de pousadas, vereador contra produtor rural, o que não é verdade. Alegou que os vereadores atuam com seriedade e para somar, e ressaltou não ter a intenção de prejudicar produtores ou donos de pousadas. Ponderou que a obrigação de um parlamentar, além de legislar e fiscalizar, é a de trazer benefícios a todos. Desse modo, destacou que cabe a todos *edis* buscarem uma solução para os moradores da zona rural. Reiterou que, primeiro, é fundamental que todos analisem se é legal essa cobrança tributária, e os aconselhou a irem ao COMTUR, a fim de saber o que está acontecendo, pois a presença de vereador é importante. Passou a palavra para os demais vereadores se pronunciarem. O **vereador Luiz**, em aparte, esclareceu que seu requerimento é para que o executivo analise a viabilidade e legalidade da cobrança de tributos aos proprietários das pousadas. Asseverou não ser justo somente a população gloriense pagar seus tributos, e as pousadas ficarem de fora. Relatou que foi informado que sugeriram uma taxa de contribuição de R\$ 2,00 (dois reais) por turista. No entanto, apontou que foi passada para algumas pousadas a taxa de apenas R\$ 50,00 (cinquenta reais), e indagou se estas recebem somente 25 pessoas. Afirmou não querer prejudicar o turismo, e expôs propósito de que o executivo analise a legalidade da cobrança. O **vereador Eder** alegou que, em determinados momentos, o vereador Luiz insinua que o pessoal das pousadas é bandido. O **Presidente** solicitou ordem na Casa Legislativa. O **vereador Luiz**, em aparte, afirmou que em nenhum momento colocou vereador contra vereador. O



A Ordem por princípio

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA  
Estado de Minas Gerais

**vereador Marlos**, em aparte, emitiu que a discussão está se delongando demais. Disse que trabalhou no setor de tributos e o ISSQN é cobrado de todas as pousadas. Apontou que, até o momento em que permaneceu na prefeitura, o tributo ISS era cobrado sobre as notas fiscais. O **vereador Luiz**, por sua vez, frisou que irá procurar o executivo para confirmar essas informações. O **vereador Marlos**, reafirmou que todas as pousadas contribuíam com o ISS na época em que trabalha no setor de tributos. Destacou que uma das principais fontes de renda do município provém do turismo, e que é necessário investir nele com responsabilidade. Anunciou que conversou com o presidente do COMTUR e este lhe disse que estão elaborando um projeto bacana, o qual passara pela apreciação do legislativo. Falou que os vereadores estão desinformados com o que está acontecendo, e que o vereador Luiz está fazendo um requerimento apenas, uma vez que quem irá decidir sobre isso é o executivo. O **Presidente** preceituou que a ordem seja mantida. O **vereador Marlos**, continuando, destacou que o turismo emprega direta e indiretamente várias pessoas e que nele deve-se investir. Realçou que São João Batista do Glória não está em uma crise maior graças ao turismo. Por fim, recomendou aguardar o projeto do COMTUR. Este **Secretário**, em aparte, afirmou que o turismo gera um grande potencial de renda no município. Orientou que se deve prevalecer o diálogo. Desta feita, aconselhou que os vereadores, a administração e os representantes do COMTUR devam reunir-se, com o propósito de se demonstrar tudo que é feito dentro do órgão, e tudo que é cobrado pelo executivo. O **vereador Luiz** alegou que, na ocasião de uma reunião entre os vereadores e o executivo, foram informados sobre uma documentação que estava sendo elaborada para legalizar a cobrança dos tributos. Ponderou ser importante investir no turismo, pois ele gera emprego e renda no município, contudo isso não isenta os donos de pousadas a cumprirem com suas obrigações. Redizeu que o requerimento é para que o executivo analise a legalidade da cobrança dos tributos. Expôs que os demais *edís* estão querendo crucificá-lo por ter feito o requerimento. Sublinhou que os vereadores, além de fiscalizarem, devem cuidar dos interesses do município. O vereador Eder apontou que, da maneira que o vereador Luiz fala, fica difícil. Saliou que se deve falar somente de assuntos dos quais se tem conhecimento e, oportunamente, perguntou ao vereador Luiz se ele tem conhecimento sobre ISSQN, para que ele serve? Onde sua receita é aplicada? O **vereador Luiz** respondeu que ele utilizado para a população. O **vereador Eder**, por seu turno, declarou que o país continua sendo injusto com o povo, mesmo cobrando uma quantidade absurda de tributos. Perguntou ao vereador Luiz se ele visita a zona rural, percorre pela cidade para saber o que está acontecendo no município. Aconselhou novamente a esperar o projeto que o COMTUR irá apresentar, pois outros municípios adotaram a mesma ideia constante no projeto, e os *edís* não irão contra. Lamentou o fato de o vereador Luiz insinuar que os demais vereadores são contra a cobrança de tributo. O **vereador Luiz** alegou que o COMTUR tem por objetivo trazer melhorias para o turismo, e não para criar tributos. O **vereador Eder** lamentou o fato de não haver seriedade no legislativo, que, a cada dia que passa, decepiona-se com certas situações. Por último, solicitou ao presidente ordem na Casa. O **vereador Luiz** concluiu que, se o vereador Eder não concorda, vote contra o projeto. O **Presidente**, sobre os requerimentos apresentados por este Secretário, que dizem respeito à ampliação do cemitério

municipal, afirmou que lhe foi passada a possibilidade de permuta do terreno, situado ao lado da Câmara Municipal, por um de aproximadamente 400m<sup>2</sup>, localizado no fundo e sem saída para a rua. Apontou ser impensável a troca de um terreno localizado em uma área nobre da cidade por um de fundo. Esclareceu que, no processo de expansão urbana, se faz necessário um novo cemitério. Alegou que se precisa, urgentemente, de uma nova área para a sua construção, a qual possa ser expandida em longo prazo. Ponderou que a expansão do atual cemitério irá desvalorizar várias casas e comércios no centro da cidade. Relatou que essa seria a terceira expansão em menos de 15 anos. Destacou a imprescindibilidade de os vereadores reunirem-se com a prefeita para o debate desse assunto, pois a venda de um terreno pertencente ao município deve ser de conhecimento do legislativo. Em seguida, expôs que o veterinário do município é realmente uma incógnita, pois a informação que lhe foi passada é a de que ele é o veterinário da EMATER. Disse, consoante o afirmado pelo vereador Iveraldo, que ele fica no antigo matadouro. No entanto, alegou que ele deveria visitar as propriedades rurais. Sobre o Requerimento nº 04/2019, de autoria do vereador Luiz, esclareceu que o ISSQN é um imposto que incide sobre o serviço, e que ele é descontado no momento em que o contribuinte efetua pagamento com cartão de crédito, principalmente. Salientou que não existe controle nos casos de pagamentos realizados à vista. Assim, o recolhimento do aludido imposto depende da confiança dos prestadores de serviços. Apontou que talvez o requerimento tenha por objetivo solicitar a correta fiscalização, e não a criação do imposto. Explicitou que o ISSQN é um imposto que existe em todo país e que merece um estudo mais apurado, a fim de se conhecer o valor de sua arrecadação e quais são suas principais fontes. Desse modo, indicou que os vereadores solicitaram a suspensão da votação, porque se faz essencial um estudo desses pontos supracitados. Reiterou que o ISSQN não é exclusivo do turismo, porquanto incide em toda e qualquer prestação de serviço. Expressou não ter por que citar a cobrança do ISSQN para as pousadas no requerimento, uma vez que ele incide em todos os serviços, independentemente da área ou do ramo em que eles são prestados. Indicou que existem vários temas no turismo que necessitam ser debatidos, como por exemplo, o fato de os trilheiros passarem pelas estradas em alta velocidade colocando em perigos as pessoas que vivem naquelas localidades, e não somente as cobranças de tributos nas pousadas. Passou a discorrer sobre o Projeto de Lei nº 04/2019. Anunciou que foi uma conquista significativa o aumento do reajuste para 4.62%, índice dado pelo Governo Federal. Expôs que, infelizmente, o gasto com a folha de pagamento comprometerá 58% do orçamento. Contudo, alegou ter fé em Deus que o Governo Estadual normalizará os repasses, e o percentual diminuirá para 52%. Anunciou ser preciso incentivar e valorizar os servidores do município. Avisou que haverá votação no dia 11 de março, e solicitou às comissões que façam os pareceres. O **vereador Luiz**, solicitou esclarecimento por parte do executivo sobre o concurso que ele está realizando, uma vez disponibilizaram menos vagas para alguns cargos, todavia, há mais servidores lotados nesses mesmos cargos. O **Presidente** disse que irá providenciar, mas lembrou que no edital de contratação da empresa, há também as vagas de cadastro reserva. Por derradeiro, apesar de ainda não estar aprovado o projeto de resolução que autoriza a criação do CAC, anunciou que os servidores da Casa auxiliarão a população a elaborar os currículos para o processo



A Ordem por princípio

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA  
Estado de Minas Gerais

seletivo que está acontecendo no SAAE. Os demais vereadores concordaram. O grande expediente foi encerrado e passou-se para a apreciação da **Ordem do Dia**: Discussão Requerimento nº 004/2019 de autoria do **Vereador Luiz Antônio Garcia**, requerendo seja cobrado das Pousadas dentro do nosso município, os tributos de direito como ISSQN e outros. Este **Secretário** parabenizou o colega pelo requerimento, todavia indicou a todos que o ISS incide sobre a prestação de serviços de qualquer natureza. Assim sendo recomendou seja feita uma emenda nele, estendendo-se a questão para além das pousadas. Em conclusão, propôs a retirada o requerimento para uma melhor análise. O **vereador Luiz**, por sua vez, alegou que o requerimento está bem claro, porquanto nele consta o termo "e outros". Disse que é uma indicação para as pousadas, mas também consta a expressão "e outros". O **vereador Eder** alegou que o aludido termo tem outro significado, visto que ele indica "ISSQN e outros impostos". O **vereador Luiz** argumentou que tanto faz. O **vereador Eder** indagou se o vereador apresenta seriedade ao responder "tanto faz". O **vereador Luiz** redarguiu alegando que, os vereadores que mais estão discutindo, são aqueles envolvidos em trilhas. A pedido dos **vereadores Rafael, Marlos e Diego**, o **Presidente** determinou que ordem na Casa fosse restabelecida. O **vereador Luiz** assegurou que nunca votou contrário a requerimentos e leis, as quais dispuseram sobre o direito de fiscalizar, e que ninguém tem o poder de tirar o direito do vereador de fiscalizar. Salientou que fala da forma que o povo entende, e pleiteou que seu requerimento fosse votado com a redação original. O **vereador Eder** afirmou estar preocupado com tudo que está passando no município, apesar de o vereador Luiz insistir em falar que ele está tentando defender interesses próprios. Lamentou a politicagem que está ocorrendo. Expôs que são questões que demandam seriedade, e destacou nunca ter usado a função de vereador para benefício próprio ou de sua família. O **vereador Luiz**, por seu turno, emitiu, caso o vereador não concordar com o requerimento, simplesmente vote contra. O **vereador Eder** ressaltou que, no começo de sua fala, solicitou a retirada do requerimento, a fim de que os *edits* se reúnam com o executivo e COMTUR, e analisem o cabimento da cobrança, e que em nenhum momento afirmou que o vereador Luiz estaria errado. O **vereador Luiz**, em resposta, expressou que cabe ao presidente do COMTUR procurar diretamente o executivo e resolver a questão legal. O **vereador Marlos** declarou que até o momento os vereadores estavam trabalhando unidos, contudo a situação virou politicagem. Requereu ao presidente ordem na Casa Legislativa, pois está virando a "cada da mãe Joana". Sugeriu seja feito um estudo mais apurado do projeto para, assim, chegarem num consenso. O **vereador Luiz** anunciou o projeto deve ser estudado na presente sessão, e que quem tem que chegar a um consenso é o executivo e o COMTUR. O **Presidente** restabeleceu a ordem na Casa Legislativa. O **vereador Marlos**, novamente, sugeriu que o projeto, primeiramente, seja debatido entre os vereadores, executivo e COMTUR. O **vereador Luiz** apontou que o requerimento é uma reivindicação, que o executivo e COMTUR quem deverão debater a legalidade da cobrança, e depois enviarem um relatório ao legislativo explicando a decisão tomada. Ressaltou que não está imponto, e sim requerendo. Expôs ter o conhecimento de que os proprietários de pousadas são trabalhadores e honestos, no entanto, alegou que todos devem pagar seus tributos. O **Presidente** solicitou seja feita a alteração da

redação para que não fique direcionado somente às pousadas. O **vereador Luiz** falou que fica a critério de qualquer vereador fazer emendas. O **vereador Marlos** propôs seja feita a emenda depois da votação. O **vereador Luiz** ponderou que é somente para os vereadores apresentarem sugestões e, caso não seja de seu agrado, não haverá emendas. O **vereador Rafael** afirmou que a discussão não trouxe benefícios aos glorienses. Anunciou que todos sabem que o ISS é cobrado de todos os prestadores de serviços, por esse motivo não vislumbra a necessidade do requerimento. Expôs que, em vez de os vereadores postularem pela cobrança de mais tributos, deveriam fazer o mínimo para os pequenos produtores e donos de pousadas. Explicou que o mínimo seria: estrada, ponte e mata-burro. Alegou que os turistas, às vezes, não têm acesso às pousadas, porque o município não lhes oferece o mínimo. Além disso, ressaltou que não pode haver falta de respeito entre os vereadores e a população. Lembrou a todos que o Regimento Interno prescreve a necessidade de inscrição para o pronunciamento do cidadão durante a sessão, que todos devem respeitar a maneira de o vereador conduzir a sua fala e sua opinião, e que a ordem e o respeito devem ser mantidos na Casa. Emitiu que o Presidente está deixando "correr frouxo" e que isso é uma falta de respeito. Reiterou que não vislumbra a necessidade do requerimento. O **vereador Luiz** respondeu que vereador não tem poder de tirar o requerimento. O **vereador Rafael**, por sua vez, salientou que não pediu para retirá-lo, e sim que não há necessidade. O **Presidente** manteve o decoro na Casa, e esclareceu que o artigo 135, do Regimento Interno, não permite a retirada de requerimento. Votação do Requerimento nº 004/2019 de autoria do **Vereador Luiz Antônio Garcia**, requerendo seja cobrado das Pousadas, dentro do nosso município, os tributos de direito como ISSQN e outros. O **vereador Luiz** ponderou que, se os tributos já são pagos, logo informaram-lhe errado na prefeitura. Afirmou que irá cobrar informações ao executivo. Por fim, aprovou o requerimento. O **vereador Iveraldo**, diante das dúvidas suscitadas, considerou a possibilidade de esperar a manifestação do COMTUR, e reprovou. O **vereador Eder**, acreditando que se deve estudar melhor a situação, reprovou. O **vereador Adriano** ressaltou que os vereadores devem realizar um estudo mais elaborado antes, e absteve de votar. Os **vereadores Marlos, Diego** e este **Secretário** reprovaram. O **vereador Rafael**, considerou que o município já cobra o ISSQN, assim, não há necessidade do requerimento, e o reprovou. **O Requerimento nº 04/2019, de autoria do vereador Luiz Antônio Garcia, foi reprovado por 07 votos, sendo 01 a favor e 01 abstenção.** Discussão do Projeto de Lei nº 02/2019 que "Autoriza abertura de Crédito Especial e dá outras providências". O **Presidente** esclareceu que o projeto dispõe sobre a abertura de crédito para a criação da Câmara Mirim. Salientou que a Câmara Mirim trabalha com crianças do ensino fundamental, e tem por finalidade ensiná-las política, Constituição, Lei Orgânica Municipal etc. o **vereador Luiz** ponderou que a Câmara Mirim é uma boa iniciativa, e parabenizou o Presidente. **O Projeto de Lei nº 02/2019 foi aprovado por unanimidade.** Discussão do Projeto de Lei nº 03/2019 que "Autoriza abertura de Crédito Especial e dá outras providências.". O **Presidente** informou que o projeto diz respeito à criação do CAC, este o qual irá atender a população auxiliando-a na criação de currículos, emissão de segunda via de boletos, agendamento para atendimento no INSS, agendamento para a renovação de carteira de habilitação (que

hodiernamente as autoescolas cobram uma taxa de aproximadamente R\$ 80,00), em suma, serão prestados vários servidos que irão beneficiar a população gloriense. Acrescentou que o CAC é um projeto voltado para o povo, principalmente os idosos, e que não haverá contratação de novos servidores para ele e Câmara Mirim. O **vereador Rafael** comunicou que o projeto irá dar continuidade ao trabalho realizado na administração passada, época na qual eram prestados serviços aos cidadãos glorienses. Assim, expôs a imprescindibilidade em dar sequência a ele. **O Projeto de Lei nº 03/2019 foi aprovado por unanimidade.** Discussão do Projeto de Lei nº 024/2018, que "Dispõe sobre a devolução da taxa de inscrição do concurso público para provimento de cargos efetivos do Poder Legislativo do Município de São João Batista do Glória/MG - Edital nº 01/2016 e dá outras providências.". Este **Secretário**, como presidente da comissão de Legislação Justiça e redação final, solicitou a dispensa dos pareceres. A solicitação foi colocada em votação e todos os *edís* aprovaram. O **vereador Adriano**, como presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, pediu dispensa dos pareceres. O pedido foi para votação e foi aprovado por unanimidade. O **vereador Luiz** afirmou ser direito de todos os candidatos o ressarcimento do valor pago a título de inscrição para um concurso que foi, posteriormente, anulado. Oportunamente requereu, no próximo concurso, a taxa seja fixada em um valor menor, a fim de oportunizar as pessoas carentes a fazerem o certame. O vereador **Rafael** disse que foi feita a dispensa de pareceres tanto no Projeto de Lei nº 04/2019, que dispõe sobre o reajuste dos servidores da Casa Legislativa, quanto no Projeto de Lei 24/2019, contudo somente o último está na pauta. Assim sendo, solicitou que o Projeto de Lei nº 04/2019 entre em votação também com a dispensa dos pareceres, afim de não prejudicar ainda mais os servidores da Casa. O **Presidente**, em resposta, disse que entrou um novo projeto. Desse modo, argumentou que se deve aguardar o prazo previsto na Lei Orgânica Municipal, e que na próxima sessão será feita a votação. Em seguida, declarou que a devolução do valor das inscrições é mais do que justa. Expôs não saber como será o trâmite, se será débito em conta, saque etc., mas indicou crer que será bastante burocrático, todavia, apontou ser necessário. **O Projeto de Lei 24/2019 foi aprovado por unanimidade.** Antes de encerrar a sessão, o Presidente informou aos responsáveis pelas comissões permanentes que procurem informações na secretaria da Casa para a votação do projeto de lei do reajuste dos vencimentos dos servidores do legislativo, que acontecerá na próxima sessão. O **Presidente** declarou encerrada a sessão e convocou os nobres *edís* para a próxima Sessão Ordinária que será realizada no dia 11 de março de 2019, segunda-feira, às 19h. Eu, \_\_\_\_\_, 1.º Secretário, **Weider Junior Rodrigues**, mandei lavrar esta ata que será assinada após a sua aprovação. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_